

OÍ MÓVEL S.A.

CNPJ 05.423.963/0001-11

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O OÍ Móvel S.A. ("OÍ Móvel" ou "Companhia"), sediada no Brasil, no Distrito Federal, Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A Edifício Estação Telefônica, Terço - Parte 2, é uma companhia de capital fechado, e foi constituída em 10 de dezembro de 2002, tendo por objeto a exploração da telefonia móvel celular. Em 2004 concluiu todos os processos necessários à sua operação comercial, sendo o primeiro no quarto trimestre. Em 31 de janeiro de 2013, em virtude da continuidade no processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a OÍ S.A. ("OÍ"), a transferir o capital social na sua controlada integral Telcelar Norte Leste S.A. ("TMAR"), através da transferência de investimentos, outros ativos e débitos "pro-rata", mantendo a OÍ Móvel que era até então subsidiária integral da OÍ S.A. passiva e sua subsidiária integral da TMAR.

Tal Reorganização visa a simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as suas controladas e ganhos de sinergia operacional.

Para a exploração do SMP - Serviço Móvel Pessoal a Companhia adquiriu termos de autorização desde serviço junto à ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, que garantem a exploração do SMP pelos próximos nove anos, na área que abrange os estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. A mobilidade no acesso ao SMP, aos clientes da Companhia nos demais estados do País, é assegurada através de acordos de "roaming", firmados com operadoras de telefonia móvel de outras regiões. Acordos celebrados com operadoras internacionais permitem a cobertura de principais rotas de deslocamentos turísticos na região do Mercosul, América do Norte, Europa e Japão.

A Companhia atua para a execução de suas atividades operacionais a tecnologia GSM - "Global System for Mobile Communications", que, por ser uma tecnologia presente em todo o mundo, permite aos clientes (B2C) a utilização de uma rede segura.

Os serviços prestados pela Companhia aos seus clientes são ofertados quanto a forma de pagamento, sob três modalidades: pós-pago, pré-pago e crédito. Neste último plano, o cliente paga um valor determinado e pode adquirir créditos pré-pagos quando tiver necessidade de consumo adicional.

Em AGE - Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de 14 BR Telecom Celular S.A. para OÍ Móvel S.A.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu no Reunião de Diretoria, realizada em 30 de março de 2015.

Em 1 de fevereiro de 2014 a TMAR, PCS (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela OÍ Móvel (operadora de telefonia móvel do Regiões II). Como resultado da incorporação, a OÍ Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel dentro do Brasil.

A incorporação foi realizada com base nos valores contábeis históricos das entidades envolvidas tendo em vista uma operação entre entidades sob controle comum.

As controladas diretas e indiretas da Companhia são sediadas no Brasil e as participações nas empresas estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	2014		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pago Empreendimentos S.A. ("Pago")	Sistemas de pagamentos e de crédito	100%			
Pago Administradora de Crédito Ltda. ("Pago Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		
Pago Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Pago Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		

Empresa	Atividade	2014		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Pago Soluções")	Financeira	50%			

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis apresentadas abaixo.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Algumas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior grau de incerteza são as áreas nas quais premissas ou estimativas são significativas entre divulgadas no item (c).

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis não brasileiras, com base nas diretrizes contábeis emitidas pelo Conselho de Normas Contábeis Brasileiros, orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(b) Principais políticas contábeis

(i) Moeda funcional e de apresentação
A Companhia atua, como operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia: o preço de venda de seus produtos e serviços; os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos; o fluxo de caixa por atividades operacionais e de clientes e pagamento a fornecedores; e juros, investimentos e financiamentos.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira não são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários convertidos a moeda estrangeira
A Companhia não possui itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação).

Caixa e equivalentes

Este grupo é representado pelo saldo de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não esperam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultados operacionais e financeiros. As aplicações mantidas até o vencimento são avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não filtrados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "smartcard" e acessórios. A estimativa da provisão para o risco de liquidação de dívidas é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação de dívidas é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoque

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme o prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, o qual não excedem o custo de reposição.

- Estoques para expansão, classificados no ativo imobilizado, e demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem o objetivo de ser aplicado na expansão da planta de telefonia.

- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares, os estoques são registrados ajustados ao provável valor de realização pelo caso em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos, basicamente, incentivos fiscais, são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

Imobilizado

Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem ganhos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados ganhos com instalações, quando é provável que os custos sejam recuperados. Os custos de manutenção e reparo são registrados nos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificáveis são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessitam de tempo de um fator substancial para os custos montados para usá-los. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo subtrahido é o valor. Os ganhos com manutenção e reparo são registrados no resultado durante o período em que ocorrem e não são capitalizados somente quando representam aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens arrendados a contrato de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado e os custos de manutenção e reparo são pagos em pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo de vida útil dos ativos e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de qualquer mudança nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida incluem os custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados a manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de operações de softwares são reconhecidos pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração reconhece o valor do software tanto em vendas quanto em licenças.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Está disponível adequado recurso técnico, financeiro e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o vendor o software.

O custo atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto do software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adicional dos custos diretos aplicados ao software. Os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros custos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa são reconhecidos como ativos de período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuação, mudanças de desempenho, entre outros.
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno de investimentos, condições de mercado, entre outros.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a aplicação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados ao valor presente.

As aplicações de valor presente aplicam a taxa utilizada e a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo do contrato.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza e prazo de validade; (ii) o histórico de desempenho; e (iii) o histórico de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Determinação do ativo financeiro

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução de seu valor presente líquido, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Emprestimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizado pelas variações monetárias ou cambiais e acréscimos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

O custo de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos de atendimento de tais obrigações, incluindo o custo de oportunidade.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas com o resultado líquido com base no regime de competência.

Planos de benefícios de saúde - Os planos de benefícios de saúde são contabilizados com o resultado líquido com base no regime de competência.

Planos de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesa relativa aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem

a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de custo projetado. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios futuros, menos o valor atualizado dos pagamentos já realizados.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 10).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - O benefício que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizado pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável. Os benefícios de fidelidade são reconhecidos como receita à medida que os benefícios são incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são apropriados e são reconhecidas na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados a devoluções e devoluções de aparelhos são reconhecidos quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Programa de fidelização de clientes ("Oí Pontos")

A Companhia implementou um programa de fidelização de clientes ("Oí Pontos"), no qual os clientes acumulam pontos por meio de compras de serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocar-los por produtos e serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no "experiancias Oí" ou transferir-los ao Programa Multiphas Fidelidade (programa parceiro) para trocar-los por diversos outros benefícios do Programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis, entre outros.

A Companhia contabiliza os pontos concedidos no programa como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O reconhecimento das receitas de pontos é reconhecido quando o cliente recebe a oferta inicial, e ocorre entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é determinado e a receita é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são concedidos ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado.

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com as operações financeiras. As despesas são reconhecidas nos juros com o vencimento e os demais encargos com empréstimos, financiamentos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os impostos são reconhecidos através de provisões, com relação ao valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido seja utilizado para reduzir o imposto devido.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que o lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são reconhecidos quando o imposto devido é reconhecido.

Subvenções e assistência governamentais
Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a atividade operacional são reconhecidas no resultado líquido quando o benefício é recebido em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

O resultado por ação básica é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação é calculado por meio da referência ao resultado em circulação, ajustada pelas alterações potenciais no número de ações em circulação com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa são determinados com base em uma base de dados (R2) através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de perda.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em: (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento.

Atividades operacionais - Os resultados operacionais e financeiros são reconhecidos em clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos de juros decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Atividades operacionais e financeiras

Atividades operacionais - A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas, as quais se baseiam em condições de mercado e expectativas futuras.

Atividades de investimento - As estimativas e premissas frequentemente requerem julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas

continuação		2014		2013	
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO					
Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro.					
(ii) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.					
Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:					
	2014	2013		2014	2013
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
Tributos correntes	(112.667)	(84.965)			
Tributos diferidos	(128.562)	(50.148)			
Total	(241.229)	(135.114)			
	2014	2013		2014	2013
Lucro antes das tributações	470.701	397.334			
Total do resultado tributável	470.701	397.334			
IRPJ e CSLL					
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributável	(160.038)	(135.094)			
Equivalência patrimonial	(22.019)				
Incentivos fiscais	30.412	2.570			
Exclusões (adições) permanentes (i)	(89.584)	(2.590)			
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(241.229)	(135.114)			
(i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indevidas, incentivos fiscais e patrocinados, receita da redução de multa e juros do parcelamento referente a Lei 12.996/2014 e baixa de créditos fiscais não recuperáveis.					
As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RIT - Regime Tributário Transitório.					
A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/Ativos, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627/2013") e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 ("PLV 02/2014"), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1.397/2013"). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime ainda em vigor.					
Referente ao que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, a qual, em uma análise preliminar, não altera as conclusões acima expostas. A Companhia não optou por antecipar os efeitos decorrentes da referida lei. Não foram apurados impactos por conta da não adoção antecipada.					
9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
As aplicações financeiras realizadas pela Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.					
(a) Caixa e equivalentes de caixa					
	2014	2013		2014	2013
Caixa e contas bancárias	145.281	17.311			
Depósitos em nome de terceiros	49.642	224.413			
Total	329.377	241.744			
	2014	2013		2014	2013
Fundos de investimentos exclusivos	133.974	224.125			
CDI - Certificado de Depósitos Bancários	49.642	308			
Outros	840				
Equivalentes de caixa	184.456	224.433			
(b) Aplicações financeiras					
	2014	2013		2014	2013
Fundos de investimentos exclusivos	1.568	58.951			
Títulos privados (i)	92.820	20.900			
Aplicações financeiras	94.388	79.851			
Circulantes	1.568	58.951			
Não circulante	92.820	20.900			
(i) Certificados de depósitos bancários ("CDB's") mantidos como caução de financiamentos (ver Nota 17).					
(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos					
	2014	2013		2014	2013
Operações compromissadas	85.209	141.231			
CDI - Certificado de Depósito Bancário	49.688	82.834			
Outros	677	60			
Títulos classificados em equivalentes de caixa	133.974	224.125			
Títulos públicos	1.568	58.951			
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	1.568	58.951			
Total aplicado em fundos exclusivos	135.542	283.076			
A Companhia possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark", o CDI.					
10. CONTAS A RECEBER					
	2014	2013		2014	2013
Serviços futuros	1.285.655	336.435			
Serviços a futuro	602.583	46.490			
Aparelhos e acessórios vendidos	1.061.023	3.595			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.216)	(38.226)			
Total	2.818.045	348.294			
A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:					
	2014	2013		2014	2013
A vencer	2.577.650	381.797			
Vencidas até 60 dias	231.184	2.329			
Vencidas de 61 a 90 dias	41.105	588			
Vencidas de 91 a 120 dias	36.945	543			
Vencidas de 121 a 150 dias	32.058	514			
Vencidas acima de 150 dias	30.310	749			
Total	2.949.261	386.520			
As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:					
	2014	2013		2014	2013
Saldo em 01/01/2013	(47.808)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(97.025)				
Contas a receber de clientes baixadas como incooperáveis	106.607				
Saldo em 2013	71.779	(38.226)			
Aumento por incorporação	(142.193)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(197.766)				
Contas a receber de clientes baixadas como incooperáveis	216.000				
Saldo em 2014	(131.216)				
11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA					
	2014	2013		2014	2013
Tributos correntes a recuperar					
IR a recuperar (i)	42.312	61.612			
CS a recuperar (i)	19.362	19.790			
IRRF/CS - Impostos retidos na fonte (ii)	52.618	7.594			
Circulante	114.292	88.996			
Tributos diferidos a recuperar					
IR sobre diferenças temporárias (iii)	290.537	75.005			
CS sobre diferenças temporárias (iii)	68.057	10.573			
IR sobre prejuízos fiscais (iii)	352.897	441.554			
CS sobre base negativa (iii)	137.226	168.709			
Subtotal - Tributos diferidos a recuperar	848.717	695.841			
Outros tributos diferidos a recuperar (iv)	8.381	135.106			
Não circulante	857.298	830.947			
Tributos correntes a recolher					
IR a pagar	48.793	63.714			
CS a pagar	22.286	21.080			
Circulante	71.079	84.794			
(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.					
(ii) A Companhia registra créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, órgãos					
12. OUTROS TRIBUTOS					
	2014	2013		2014	2013
ICMS a recuperar (i)	375.423	214.444			
PIS-COFINS	56.399				
Outros	18.481	144			
Total	450.303	214.588			
Circulante	269.041	194.326			
Não circulante	181.262	20.262			
	2014	2013		2014	2013
ICMS	164.567	194.380			
ICMS Convênio nº 69/1998	24.242	1.532			
PIS e COFINS	193.183	166.567			
FUST/FUNTEL/Radiodifusão	390.708	81.696			
Outros	15.258	17.071			
Total	787.958	461.246			
Circulante	338.133	300.146			
Não circulante	449.825	161.100			
15. IMOBILIZADO					
Custo do imobilizado (valor bruto)					
	2014	2013		2014	2013
Saldo em 01/01/2013	108.244	438.871			
Adições	169.829	9.489			
Baixas	(450)	(9.852)			
Transferências	(140.517)	63.976			
Saldo em 2013	128.106	512.236			
Aumento por incorporação	724.313	2.590.174			
Adições	1.290.155	36			
Baixas	(2.483)	(200.836)			
Transferências	(1.510.582)	156.709			
Transferências de ativos mantidos para venda		192			
Saldo em 2014	631.992	3.259.255			
Depreciação acumulada	(237.910)	(975.368)			
Saldo em 01/01/2013	(97.155)	(96.181)			
Despesas de depreciação	5.240	123			
Baixas	(273.085)	(1.066.943)			
Saldo em 2013	(270.885)	(1.066.943)			
Aumento por incorporação	(1.438.610)	(3.674.192)			
Despesas de depreciação	(629.866)	(60.966)			
Baixas	(156.261)	(55.664)			
Transferências	(1.105.639)	966.498			
Transferências de ativos mantidos para venda		(19)			
Saldo em 2014	(1.842.772)	(6.474.475)			
Imobilizado líquido	128.106	239.251			
Saldo em 2014	631.992	1.416.483			
Taxa anual de depreciação (média)	10%	11%			
(i) Os equipamentos de transmissão e outros incluem capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.					
16. INTANGÍVEL					
	2014	2013		2014	2013
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2013	6.609	688.134			
Adições	2.076	78.189			
Transferências	(2.624)	2.624			
Saldo em 2013	3.985	692.834			
Aumento por incorporação	1.623.914	2.733.850			
Adições	308.879	1.681			
Baixas	(335.875)	246.574			
Transferências	5.322	2.565.033			
Saldo em 2014	5.322	2.565.033			
Amortização acumulada	(600.639)	(337.273)			
Saldo em 01/01/2013	(46.268)	(66.883)			
Despesas de amortização	(446.907)	(404.156)			
Saldo em 2013	(493.175)	(711.039)			
Aumento por incorporação	(970.282)	(1.534.163)			
Despesas de amortização	(236.608)	(254.352)			
Baixas	(1.853.797)	(2.192.671)			
Saldo em 2014	(1.853.797)	(2.192.671)			
Intangível líquido	3.505	489.163			
Saldo em 2014	5.322	711.236			
Taxa anual de amortização (média)	20%	8%			
17. OUTROS ATIVOS					
	2014	2013		2014	2013
Intangível em formação					
Sistemas de processamento de dados	6.609	688.134			
Licenças regulatórias	2.076	78.189			
Outros	(2.624)	2.624			
Total	3.985	692.834			
Outros ativos	1.623.914	2.733.850			
Outros	137.414	137.414			
Outros	(2.079)	89.301			
Total	1.658.249	2.960.159			
Ativo	1.662.234	2.969.993			
Passivo	(131.018)	(131.018)			
Total	1.531.216	2.838.975			
Ativo	1.531.216	2.838.975			
Passivo	(131.018)	(131.018)			
Total	1.400.198	2.707.957			
Ativo	1.400.198	2.707.957			
Passivo	(131.018)	(131.018)			
Total	1.269.180	2.576.939			
Ativo	1.269.180	2.576.939			
Passivo	(131.018)	(131.018)			
Total	1.138.162	2.445.921			
Ativo	1.138.162	2.445.921			
Passivo	(131.018)	(131.018)			
Total	1.007.144	2.314.903			
Ativo	1.007.144	2.314.903			
Passivo	(131.018)	(131.018)			
Total	876.126	2.183.885			
Ativo	876.126	2.183.885			



OÍ MÓVEL S.A.

CNPJ 05.423.963/0001-11

Correspondem aos valores a pagar a ANATEL pelas autorizações de prestação de SMP, obtidas através de licenças.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

2014	2015
2016	558.963
2017	679.978
2018	2.858
2019	2.858
2020	2.881
2021	2.881
2022	2.881
2023	2.881
2024	2.881
2025	2.881
2026	2.881
2027	2.881
2028	2.881
2029	2.881
2030	2.881
2031	2.881
2032	2.881
2033	2.881
2034	2.881
2035	2.881
2036	2.881
2037	2.881
2038	2.881
2039	2.881
2040	2.881
2041	2.881
2042	2.881
2043	2.881
2044	2.881
2045	2.881
2046	2.881
2047	2.881
2048	2.881
2049	2.881
2050	2.881
2051	2.881
2052	2.881
2053	2.881
2054	2.881
2055	2.881
2056	2.881
2057	2.881
2058	2.881
2059	2.881
2060	2.881
2061	2.881
2062	2.881
2063	2.881
2064	2.881
2065	2.881
2066	2.881
2067	2.881
2068	2.881
2069	2.881
2070	2.881
2071	2.881
2072	2.881
2073	2.881
2074	2.881
2075	2.881
2076	2.881
2077	2.881
2078	2.881
2079	2.881
2080	2.881
2081	2.881
2082	2.881
2083	2.881
2084	2.881
2085	2.881
2086	2.881
2087	2.881
2088	2.881
2089	2.881
2090	2.881
2091	2.881
2092	2.881
2093	2.881
2094	2.881
2095	2.881
2096	2.881
2097	2.881
2098	2.881
2099	2.881
2100	2.881
2101	2.881
2102	2.881
2103	2.881
2104	2.881
2105	2.881
2106	2.881
2107	2.881
2108	2.881
2109	2.881
2110	2.881
2111	2.881
2112	2.881
2113	2.881
2114	2.881
2115	2.881
2116	2.881
2117	2.881
2118	2.881
2119	2.881
2120	2.881
2121	2.881
2122	2.881
2123	2.881
2124	2.881
2125	2.881
2126	2.881
2127	2.881
2128	2.881
2129	2.881
2130	2.881
2131	2.881
2132	2.881
2133	2.881
2134	2.881
2135	2.881
2136	2.881
2137	2.881
2138	2.881
2139	2.881
2140	2.881
2141	2.881
2142	2.881
2143	2.881
2144	2.881
2145	2.881
2146	2.881
2147	2.881
2148	2.881
2149	2.881
2150	2.881
2151	2.881
2152	2.881
2153	2.881
2154	2.881
2155	2.881
2156	2.881
2157	2.881
2158	2.881
2159	2.881
2160	2.881
2161	2.881
2162	2.881
2163	2.881
2164	2.881
2165	2.881
2166	2.881
2167	2.881
2168	2.881
2169	2.881
2170	2.881
2171	2.881
2172	2.881
2173	2.881
2174	2.881
2175	2.881
2176	2.881
2177	2.881
2178	2.881
2179	2.881
2180	2.881
2181	2.881
2182	2.881
2183	2.881
2184	2.881
2185	2.881
2186	2.881
2187	2.881
2188	2.881
2189	2.881
2190	2.881
2191	2.881
2192	2.881
2193	2.881
2194	2.881
2195	2.881
2196	2.881
2197	2.881
2198	2.881
2199	2.881
2200	2.881
2201	2.881
2202	2.881
2203	2.881
2204	2.881
2205	2.881
2206	2.881
2207	2.881
2208	2.881
2209	2.881
2210	2.881
2211	2.881
2212	2.881
2213	2.881
2214	2.881
2215	2.881
2216	2.881
2217	2.881
2218	2.881
2219	2.881
2220	2.881
2221	2.881
2222	2.881
2223	2.881
2224	2.881
2225	2.881
2226	2.881
2227	2.881
2228	2.881
2229	2.881
2230	2.881
2231	2.881
2232	2.881
2233	2.881
2234	2.881
2235	2.881
2236	2.881
2237	2.881
2238	2.881
2239	2.881
2240	2.881
2241	2.881
2242	2.881
2243	2.881
2244	2.881
2245	2.881
2246	2.881
2247	2.881
2248	2.881
2249	2.881
2250	2.881

19. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

2014	2013
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	32.360
REFIS II - PAES	52
Total	32.412
2015	3.343
2016	29.069
2017	19.438
2018	19.438
2019	19.438
2020	19.438
2021	19.438
2022	19.438
2023	19.438
2024	19.438
2025	19.438
2026	19.438
2027	19.438
2028	19.438
2029	19.438
2030	19.438
2031	19.438
2032	19.438
2033	19.438
2034	19.438
2035	19.438
2036	19.438
2037	19.438
2038	19.438
2039	19.438
2040	19.438
2041	19.438
2042	19.438
2043	19.438
2044	19.438
2045	19.438
2046	19.438
2047	19.438
2048	19.438
2049	19.438
2050	19.438
2051	19.438
2052	19.438
2053	19.438
2054	19.438
2055	19.438
2056	19.438
2057	19.438
2058	19.438
2059	19.438
2060	19.438
2061	19.438
2062	19.438
2063	19.438
2064	19.438
2065	19.438
2066	19.438
2067	19.438
2068	19.438
2069	19.438
2070	19.438
2071	19.438
2072	19.438
2073	19.438
2074	19.438
2075	19.438
2076	19.438
2077	19.438
2078	19.438
2079	19.438
2080	19.438
2081	19.438
2082	19.438
2083	19.438
2084	19.438
2085	19.438
2086	19.438
2087	19.438
2088	19.438
2089	19.438
2090	19.438
2091	19.438
2092	19.438
2093	19.438
2094	19.438
2095	19.438
2096	19.438
2097	19.438
2098	19.438
2099	19.438
2100	19.438
2101	19.438
2102	19.438
2103	19.438
2104	19.438
2105	19.438
2106	19.438
2107	19.438
2108	19.438
2109	19.438
2110	19.438
2111	19.438
2112	19.438
2113	19.438
2114	19.438
2115	19.438
2116	19.438
2117	19.438
2118	19.438
2119	19.438
2120	19.438
2121	19.438
2122	19.438
2123	19.438
2124	19.438
2125	19.438
2126	19.438
2127	19.438
2128	19.438
2129	19.438
2130	19.438
2131	19.438
2132	19.438
2133	19.438
2134	19.438
2135	19.438
2136	19.438
2137	19.438
2138	19.438
2139	19.438
2140	19.438
2141	19.438
2142	19.438
2143	19.438
2144	19.438
2145	19.438
2146	19.438
2147	19.438
2148	19.438
2149	19.438
2150	19.438
2151	19.438
2152	19.438
2153	19.438
2154	19.438
2155	19.438
2156	19.438
2157	19.438
2158	19.438
2159	19.438
2160	19.438
2161	19.438
2162	19.438
2163	19.438
2164	19.438
2165	19.438
2166	19.438
2167	19.438
2168	19.438
2169	19.438
2170	19.438
2171	19.438
2172	19.438
2173	19.438
2174	19.438
2175	19.438
2176	19.438
2177	19.438
2178	19.438
2179	19.438
2180	19.438
2181	19.438
2182	19.438
2183	19.438
2184	19.438
2185	19.438
2186	19.438
2187	19.438



continuação

O capital social subscrito e totalmente integralizado, na data de encerramento dos exercícios apertados a composição abaixo descrita, representado por ações com direito a voto e sem valor nominal:

Ordinária	2014		2013	
	Total de ações	Valor	Total de ações	Valor
	13.897.760	7.247.953	4.473.443	2.336.380

Valor patrimonial por ação (R\$) 570,74 571,15

(b) Reserva de lucros

Reserva de incentivos fiscais: constituída através da destinação da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve distribuir dividendos, aos seus acionistas, em cada exercício social, em valor não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Conforme AGO - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2013 no montante de R\$ 262.220 da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no montante de R\$ 13.111, (ii) dividendo obrigatório no montante de R\$ 62.277 e (iii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 186.832.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 229.472. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO - Assembleia Geral Ordinária, o saldo do lucro do exercício foi destinado da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no montante de R\$ 8.542, (ii) constituição de reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 28.009, (iii) dividendos obrigatórios no montante de R\$ 33.572, (iv) dividendos intermediários no montante de R\$ 33.928, (v) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 66.786 e (vi) para a compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$ 58.635.

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	229.472	262.220
Prejuízos acumulados	(58.635)	
Total	170.837	262.220
Reserva legal - 5%	(8.542)	(13.111)
Reserva de incentivo fiscal	(28.009)	
Lucro líquido ajustado	134.286	249.109
% de dividendos obrigatórios	x 25%	x 25%
Dividendos mínimos obrigatórios	33.572	62.277
Dividendos intermediários	33.928	
Total de dividendos distribuídos	67.500	62.277
Dividendos adicionais propostos	66.786	186.832
Total da remuneração dos acionistas	134.286	249.109

Segue o demonstrativo dos dividendos do exercício de 2014:

	2014
Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2014)	33.572
Dividendos intermediários (em 31 de dezembro de 2014)	33.928
Dividendos adicionais propostos (em 31 de dezembro de 2014)	66.786
Total	134.286

	2014
Valor por ação/ em Reais	9,67

Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2014) 2,42

Dividendos intermediários (em 31 de dezembro de 2014) 2,44

Dividendos adicionais propostos (em 31 de dezembro de 2014) 4,81

Total 9,67

(d) Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. Uma vez que a Companhia não possui categoria de ações potencialmente diluídas, o lucro diluído por ação é calculado de forma similar ao lucro básico por ação.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	229.472	262.220
Lucro aferido às ações ordinárias - básicas e diluídas	229.472	262.220

Média ponderada das ações em circulação

(Em milhares de ações)

Ações ordinárias - básicas e diluídas 13.898 4.473

Ações ordinárias - básicas e diluídas 16,51 58,62

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2014.

Planos de benefícios Empresas patrocinadoras Gestor

TCSPREV Oi, Oi Móvel, BRT Multimídia, Oi Internet e BRTi FATL

BRTPREV Oi, Oi Móvel, BRT Multimídia, Oi Internet e BRTi FATL

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, por meio de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuidade da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Retornam-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	2014	2013
Plano BRTPREV	301	423
Total	301	423
Circulante	220	141
Não circulante	81	282

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

Oi MÓVEL S.A.

CNPJ 05.423.963/0001-11

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	2014	2013
Plano TCSPREV	3.544	2.486
Total	3.544	2.486
Circulante	100	659
Não circulante	3.444	1.827

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipilano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciários e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de seus patrocinadores.

(b) BRTPREV

Em 31 de julho de 2012 Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPJ sob o nº 2002.0017-74.

Em 11 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/ Alternativo, inscrito no CNPJ sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BRTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BRTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BRTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o teto do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial; e (iii) 6,33% incidente sobre o Salário-de-Contribuição que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BRTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esportiva de Participante do grupo BRTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a Contribuição Voluntária ou Esportiva de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadores. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esportiva de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a Contribuição Voluntária ou Esportiva de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadores. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	BRTPREV		TCSPREV	
	2014	2013	2014	2013
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.012	962	124	118
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	275	322	1.785	1.126
(e) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.287	1.284	1.909	1.244
Valor justo dos ativos do plano	(986)	(861)	(5.453)	(3.730)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	301	423	(3.544)	(2.486)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos				
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido (1)	301	423	(3.544)	(2.486)

(1) A Companhia determina o valor disponível para abate de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 3.544 (2013 - R\$ 2.486), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

BRTPREV TCSPREV

2014 2013 2014 2013

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ (ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício

Custo dos juros

Custo do serviço corrente

Benefícios pagos líquidos

Ganho / (Perda) atuarial sobre a obrigação atuarial

Resultado da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes

(100) (752) 486 6

	BRTPREV		TCSPREV	
	2014	2013	2014	2013
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.287	1.284	1.909	1.244
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	861	1.153	3.730	2.868
Remendimentos dos ativos do plano	95	96	440	254
Pagamento de benefícios	(71)	(68)	(10)	(10)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	101	(320)	1.293	618
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	986	861	5.453	3.730
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	301	423	(3.544)	(2.486)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos				
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	301	423	(3.544)	(2.486)

DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigação atuarial

Resultado dos ativos do plano

Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultado

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Total da despesa (receita) reconhecida

BRTPREV TCSPREV

2014 2013 2014 2013

29 77 43 91

145 160 146 93

(95) (96) (440) (254)

79 141 (251) (70)

(201) (432) (807) (611)

(122) (291) (1.058) (681)

BRTPREV TCSPREV

2014 2013 2014 2013

11,83% 11,83% 11,83% 11,83%

5,50% 5,50% 5,50% 5,50%

7,93% 7,93% 7,93% 7,93%

Índice estimado de aumento nominal dos benefícios

Índice estimado de aumento nominal dos benefícios

Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano

Tabela biométrica de mortalidade geral

Tabela biométrica de mortalidade de entrada em invalidez

Tabela biométrica de mortalidade de invalidez

Taxa de rotatividade

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2014

(a) Orçamentos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2014.

(b) Os dados cadastrais utilizados são de 31 de agosto de 2014, projetados para 31 de dezembro de 2014.

A estratégia de investimento dos planos de pensão está descrita em seu plano de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a obtenção a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação técnica é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de pensão, gerente de investimento e um membro designado pelo conselho deliberativo. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO BRTPREV TCSPREV

Renda fixa 100,00% 100,00%

Renda variável 70,00% 70,00%

Investimentos estruturados 20,00% 20,00%

Investimentos no exterior 10,00% 10,00%

Imóveis 8,00% 8,00%

Empréstimos a participantes 15,00% 15,00%

Alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO BRTPREV TCSPREV

Renda fixa 83,00% 83,00%

Renda variável 4,00% 4,00%

Investimentos estruturados 11,00% 11,00%

Investimentos no exterior 1,00% 1,00%

Imóveis 1,00% 1,00%

Empréstimos a participantes 1,00% 1,00%

Total 100,00% 100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou provisões para participação dos empregados nos lucros com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 39.352.



continuação		Oi MóVEL S.A. CNPJ 05.423.963/0001-11	
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS			
Transações com partes relacionadas consolidadas			
	2014	2013	
Ativo			
Contas a receber	795.293	154.987	
Oi	138.034	137.106	
TNL PCS	4.229		
TMAR	317.205	13.099	
Paggo Administradora	327.952	553	
BfT Multimídia	5.749		
Oi Internet	6.062		
Serede	291		
Créditos com partes relacionadas - empréstimos			
a controladora	991.850	1.367.787	
Oi	194.088	664.498	
TNL PCS	172.694		
TMAR	469.002	530.595	
Paggo	328.760		
Outros	17.819	14.744	
Oi	16.470	13.247	
BfT Multimídia	1.349	1.372	
BfT Call Center		125	
	2014	2013	
Passivo			
Fornecedores	1.423.653	332.273	
Oi	468.145	284.754	
BfT Multimídia	7.175	2.922	
BfT Call Center	4.428	5.067	
TMAR	728.276	10.660	
TNL PCS	10.165		
Paggo Administradora	151.076	12.940	
Telemar Internet	64.073	5.765	
Serede	480		
Empréstimos e financiamentos	229		
Oi	112		
TMAR	117		
Dividendos	67.500	62.277	
TMAR	67.500	62.277	
Demais obrigações	85.526	60.002	
Oi	85.553	59.697	
BfT Multimídia	46	9	
BfT Call Center	3	3	
Oi Internet	3	3	
TMAR	121		
TNL PCS		290	
	2014	2013	
Receitas			
Receita dos serviços prestados	2.535.106	878.965	
Oi	595.179	707.562	
TMAR	1.918.886	108.914	
TNL PCS	4.707	60.794	
Telemar Internet	14.050	1.695	
BfT Multimídia	2.284		
Outras receitas operacionais	8.772	8.206	
Oi	8.772	8.206	
Receitas financeiras	86.272	66.450	
Oi	36.399	29.713	
TMAR	21.040	27.148	
TNL PCS	1.671	9.589	
Paggo	27.162		
	2014	2013	
Custos e despesas operacionais	(1.180.653)	(414.337)	
Oi	(420.881)	(360.747)	
TMAR	(647.950)		
BfT Multimídia	(2.044)	(1.893)	
TNL PCS	(478)	(5.740)	
BfT Call Center	(39.690)	(19.095)	
BfT CS	(17.379)		
Paggo Administradora	(64.970)	(9.483)	
Serede	(4.640)		
Despesas financeiras	(43.855)	(9.729)	
Oi	(3.296)	(9.729)	
TMAR	(40.559)		
	2014	2013	
Linhas de crédito com a Controladora			
As linhas de crédito contratadas pela Companhia com a sua Controladora têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados, à taxa correspondente a 115% do CDI (2013 – 115% do CDI).			
Transações com partes relacionadas não consolidadas			
	2014	2013	
Ativo			
Contas a receber	3.805		
Unitel	3.805		
	2014	2013	
Passivo			
Fornecedores	4.447	1.058	
TODDO	478		
Contax	1.058		
Ability	7		
PT Inovação	3.931		
PT Comunicações	31		

Receita
Receita de serviços prestados 3.276 36
 TODDO 36
 Contax 654
 Unitel 2.622

Custos/Despesas
Custos e despesas operacionais (4.285)
 PT Inovação (4.187)
 PT Comunicações (98)

Serviços prestados pela Contax
 A Companhia contrata serviços de "call center" e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 197.584 (2013 - R\$ 68.122).

Contratos de financiamentos com o BNDES
 A Companhia possui contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPart, que detém 5,099% (2013 - 13,05%) do capital votante da Telemar Participações S.A., empresa "holding" do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia. O saldo devido pela Companhia, relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício era de R\$ 3.104 milhões (2013 - R\$ 513 milhões). Até o final do exercício, foram registrados encargos financeiros de R\$ 252 milhões (2013 - R\$ 43 milhões).

As informações sobre os contratos celebrados com o BNDES se encontram descritas na Nota 17.

25. SEGUROS
 A cobertura de seguros dos bens patrimoniais da Companhia é administrada de forma corporativa pela Controladora. A Administração entende que o montante contratado para fazer face aos eventuais danos materiais e perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes) é considerado suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES
Transferência de torres móveis
 Em 3 de dezembro de 2013, a Oi firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detinha 2.007 torres de telecomunicações de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 31 de março de 2014 e o ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,3 bilhão.
 Em 24 de junho de 2014, a Oi firmou um novo acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detinha 1.641 torres de telecomunicações de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 1 de dezembro de 2014 e o ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,1 bilhão.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES
Diretor Presidente
 Em AGE realizada em 3 de fevereiro de 2015, foi eleito o Sr. Bayard De Paoli Gontijo para ocupar o cargo de Diretor Presidente e Diretor de Finanças da Companhia acumulando as referidas funções.

DIRETORIA	
Bayard De Paoli Gontijo (Diretor Presidente e de Finanças)	
Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor)	
CONTADOR	
Marcelo Antônio Leal Gomes	
CRC-RJ 083.182	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da Oi Móvel S.A. Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Oi Móvel S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de

distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oi Móvel S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
 Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a partir de 1 de fevereiro de 2014 as transações da TNL PCS S.A. passaram a integrar o resultado do exercício da Companhia. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6-F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
 Contador CRC RJ-087339/O-4.